

## **ATA DE REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE**

Local: Instituto Anísio Teixeira – IAT

Data: 19 de março de 2010

Hora: 9h

Redator: Adriano Pedreira – IAT/SEC

A reunião teve os seguintes pontos de pauta: 1) a divulgação de informes; 2) a aprovação da proposta a ser enviada ao MEC dos novos polos da UAB na Bahia; 3) a aprovação do Plano Estadual de Formação; 4) a definição dos parâmetros para validação dos pré-inscritos na Plataforma Paulo Freire; e 5) a mobilização dos municípios para participarem do programa de formação. O Prof. Penildon iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e cedendo espaço para os informes dos representantes do MEC. Bruno Zenóbio, da CAPES, pontuou a necessidade de uma maior informação aos municípios sobre o Plano de Formação e deu informes sobre a reunião da CAPES com as universidades no dia 17 de março sobre o financiamento do governo federal às IES para que as mesmas possam participar do Plano de Formação, sendo que a UFBA e o IFBA foram convidados mas infelizmente não puderam comparecer. O Prof. Penildon sugeriu que fosse feita uma reunião específica entre a UFBA e a CAPES para discutir a respeito desse financiamento da CAPES às IES e viabilizar rapidamente a entrada da UFBA no Plano de Formação. Helena de Freitas, do MEC, frisou que estamos num ponto fundamental do Plano Nacional de Formação, na 3ª entrada da Formação Inicial. Ressaltou que é necessário fazer uma revisão da oferta dos cursos e que cada fórum deve fazer uma análise do que é Plano de Formação, e que o plano estratégico tem como foco a Formação Inicial, frisando a necessidade de maior atenção dos fóruns à Formação Continuada. Salientou que o professor deve ser tratado como um estudante de uma universidade, ressaltando que já vivenciou vários planos e que espera que o plano atual não fique restrito apenas ao aspecto técnico. João Carlos Cedraz, da UNIVASF, concordou com Helena de Freitas e ressaltou a necessidade de mais informação e uma melhor divulgação do Plano de Formação no interior assim como um cuidado maior no cumprimento dos prazos acordados entre a CAPES e as IES para o repasse de recursos necessários para o início e funcionamento dos cursos. O Prof. Penildon distribuiu cópia das transparências do Plano Nacional de Formação de Professores, da Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e do Plano de Formação, essa última do Prof. João Carlos Teatini, todas divulgadas na última reunião entre CAPES, IES públicas e UNDIME no dia 17 de março. Distribuiu também o Sumário Executivo da Avaliação do Programa Estadual de Formação do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. A prof.<sup>a</sup> Ana Carolina, DIRFE/IAT, informou que foi enviado ofício no dia 15 de março acerca da prorrogação do Edital de Formação Continuada da Rede de Formação do MEC, e que é essencial o compromisso de todas as IES em apresentar propostas ao MEC em parceria com a SEC/IAT. No segundo ponto de pauta, sobre a aprovação da proposta a ser enviada ao MEC dos novos polos da UAB na Bahia, a prof.<sup>a</sup> Norma Matos, DIREN/IAT, fez uma apresentação sobre a UAB – Universidade Aberta do Brasil. Relatou que ficou definido pelo grupo de trabalho (GT) eleito na última reunião do fórum em 19 de fevereiro que se poderiam ter mais 15 novos polos, contudo, na reunião do GT, foram solicitados mais 2. Nesse sentido, ficaram 17 novos polos da UAB para serem homologados na reunião de hoje. Distribuiu um mapa dos polos com a

proposta para os presentes. O Prof. Penildon, com a palavra, esclareceu que esses polos são pedidos pelos Estados e ressaltou que faremos uma parceria com os Municípios para a cessão de espaço físico apenas, mas a gestão é do Estado. Portanto, formalmente para o MEC os polos são estaduais. Luiz Cestari, Pró-Reitor da UESB, frisou o problema de deslocamento devido à distância dos polos, ressaltando a falta de estrutura nas estradas da zona rural e que por isso a distância de 80 quilômetros entre um polo e outro já é excessiva na maior parte das regiões do Estado. Rui Oliveira, da APLB, pontuou que é necessário se ter uma visão geral do Plano de Formação para se decidir os polos e ressaltou que essa visão é necessária para se ter uma opinião formada e que, como o que já está em pauta e hoje é a homologação, ele confiará na decisão do fórum. Flávia Costa, Pró-Reitora da UESC, ressaltou que entendeu que o GT iria definir os critérios para escolha dos polos e que hoje seria a votação, e que seria melhor uma apresentação desses critérios. A Prof.<sup>a</sup> Norma Matos, DIRED/IAT, explicou, na explanação sobre os critérios, que não pode colocar os polos só onde há infraestrutura urbana de cidades grandes, ressaltando que é bom colocar polos em pequenos municípios que tenham potencial. Enumerou os critérios definidos pelo GT dos polos da UAB para os presentes: 1º Levantamento da demanda de formação de professores e de demanda social por município; 2º termo de compromisso de parceria assinado com o município para cessão de espaço disponibilidade das IES em ofertar cursos e envio de fotos pela prefeitura dos espaços disponibilizados; 3º Distância de outros polos. Nessa ordem de prioridade os critérios foram estabelecidos para ter uma prioridade de cidades para receber os polos. A Prof.<sup>a</sup> Norma Matos, DIRED/IAT, entregou cópia impressa dos candidatos a polo para todos os presentes com a planilha com as informações sobre os critérios listados anteriormente. Após isso, foi colocada em discussão a aprovação dos polos, sendo que foram definidos por consenso os 17 seguintes polos por cidade: Vera Cruz, Abaré, Boninal, Coaraci, Itororó, Macarani, Mutuípe, Quixabeira, Sátiro Dias, Sobradinho, Rui Barbosa, Cícero Dantas, Cruz das Almas, Itaju do Colônia, Brotas de Macaúbas, São Francisco do Conde, Santa Rita de Cássia. Encerrado esse ponto de pauta, o prof. Penildon informou que tivemos uma comissão que fez o Plano Estadual de Formação desde setembro de 2007, mas que nesse Fórum Estadual devemos tornar o texto mais rico. Entretanto não havia condições de discutir o texto no momento da reunião, por ser muito extenso, e por isso pediu que os membros trouxessem suas sugestões para a próxima reunião do GT. Solicitou que a prof.<sup>a</sup> Ilma Cabral, CFP/IAT, passasse a integrar esse GT, coordenando-o. Ficou definido que a próxima reunião do GT do Plano Estadual de Formação será no dia 09/04/10, às 09:00hs, na sala 23 desse instituto. A próxima reunião do Fórum de Formação será no mesmo dia, pela tarde, na mesma sala. Ficou definido, também, que a reunião do GT da Formação Continuada será no mesmo dia, 09/04/10, às 09:00 hs, na sala 44 desse instituto. Helena de Freitas, do MEC, frisou que será importante a presença, na reunião do GT da Formação Continuada, dos Coordenadores Institucionais das Universidades indicados pelas mesmas para representa-las junto ao MEC para o Edital sobre Formação Continuada. No último ponto de pauta, a prof.<sup>a</sup> Ilma Cabral, CFP/IAT, deu informes da reunião sobre os critérios da validação da Plataforma Paulo Freire, fez uma leitura comentada dos critérios para validação dos servidores da rede estadual e das redes municipais para os cursos de Formação Inicial e Continuada disponibilizados pela CAPES/MEC na Plataforma Paulo Freire aprovados nesse GT no dia 23 de fevereiro. Ilma informou que esses critérios tiveram o aval dos representantes da APLB, da UNEB e da UNDIME na reunião do GT sobre critérios de validação. Foram referendados os seguintes critérios na reunião do Fórum, sendo que a prioridade é para os critérios que são indicados primeiro: Critérios para validação Formação Inicial – cursos de licenciatura: 1) Professores efetivos da rede pública estadual em efetiva regência; 2) Professores – temporários – Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, que estejam programados em

regência de classe. Critérios para validação Formação Continuada – cursos de especialização: 1) Professores efetivos da rede pública estadual em regência, quando optarem para áreas correlatas à sua atuação em classe; 2) Professores efetivos que estão atuando em direção ou vice-direção e coordenação de escola, quando optarem para áreas correlatas à sua atuação; 3) Servidores efetivos da rede estadual que atuam na SEC (órgão central) DIREC, IAT, NTE, Sindicatos dos professores e escolas, quando optarem para áreas correlatas à sua atuação. Critérios para validação Formação Continuada – cursos de qualificação e aperfeiçoamento: 1) Professores efetivos da rede estadual, em atividade de docência, direção, vice-direção e coordenação de escolas ou que atuam na SEC (órgão central) DIREC, IAT, NTE sindicatos dos professores; 2) servidores efetivos da rede estadual que atuam na SEC (órgão central) DIREC, IAT, NTE sindicatos dos professores e escolas quando optarem em áreas correlatas à sua atuação em classe; 3) Professores – temporários – Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, que estejam programados em regência de classe, quando optarem em áreas correlatas à sua atuação em classe; 4) Servidores – Temporários - Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, em atividades técnicas da rede estadual, que atuam na SEC (órgão central) DIREC, IAT, NTE Sindicatos dos professores e escolas, quando optarem em áreas correlatas à sua atuação; 5) Servidores – Temporários - Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, profissionais de serviços e apoio escolar da rede estadual e que atuem na SEC (órgão central) DIREC, IAT, NTE Sindicatos dos professores e escolas, quando optarem em áreas correlatas à sua atuação. Prof<sup>a</sup> Ilma Cabral frisou que na última reunião Luiz Valter, da UNDIME, pontuou que gostaria que todos os municípios seguissem esses critérios. Helena de Freitas, do MEC, sugeriu que Fórum deliberasse sobre esses critérios e os municípios que decidirem não seguir a diretriz, o mesmo deverá informar ao Fórum quais foram os critérios adotados. Bruno Zenóbio, da CAPES, ressaltou a importância do Fórum deliberar esses critérios, frisando que o Fórum tem que ser um mecanismo de controle. Luiz Cestari, Pró-Reitor da UESB, pontuou que o maior desafio do Fórum será a mobilização feita junto aos Secretários Municipais. João Carlos Cedraz, da UNIVASF, pontuou que a ordem de prioridade será definida no Fórum, sendo utilizada pelas Universidades. O prof. Penildon com a palavra ponderou que não é possível impor critérios aos municípios, ressaltando que o problema é muito complexo. Nesse sentido, frisou que devemos fazer uma sensibilização, acompanhada da elaboração de um site específico e de uma central de denúncias para evitar abusos. André Luiz, da UEFS, ressaltou que não existe imperativo legal para obrigar os municípios a seguirem os critérios definidos no Fórum. Nesse sentido, pontuou que o Fórum está limitado ao aspecto da sensibilização mesmo. Flávia Costa, Pró-Reitora da UESC, pontuou que nos cursos da UESC essa sensibilização já é uma realidade. Rui Oliveira, da APLB, frisou que se o IAT fizer um jornal sobre o que foi deliberado aqui no Fórum e a APLB o reproduzirá e mandará para todo o Estado. O Prof. Penildon se comprometeu que o IAT elaborará o jornal. Helena de Freitas, do MEC, lembrou que o Fórum tem que ter a senha para olhar quem que o município validou, e ressaltou a importância do Fórum ter esse mapeamento, e que o Presidente do Fórum precisa solicitar uma senha com o perfil Fórum para se visualizar tudo que foi feito pelo município. O prof. Penildon informou que isso já foi colocado na reunião com a CAPES e que a senha já foi pedida formalmente desde o dia 23 de novembro de 2009. Ressaltou que estará reforçando o pedido. José Bites, da UNEB, sugeriu que fosse colocado um 0800 no IAT, sendo que prof. Penildon se comprometeu que verá a possibilidade de implementação dessa sugestão para recebimento de críticas e sugestões do Plano Nacional de Formação. O Prof. Penildon, acerca da mobilização, sugeriu que fossem realizadas reuniões no interior. O IAT entrará em contato com as DIREC's para que sejam marcadas reuniões com os Secretários Municipais de Educação. Pontuou que será elaborado um calendário

